

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.173 - PR (2019/0022320-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA
ADVOGADOS : BARBARA RIBEIRO VICENTE - PR034775
RAPHAEL WOTKOSKI - PR062783
RECORRIDO : CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL VILA VELHA
RECORRIDO : NEY PROSDOCIMO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO DEMONSTRADA.

1. Embargos de terceiro no bojo de execução fundada no inadimplemento de taxas condominiais.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, com fundamento na(s) alínea(s) "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 30/05/2018.

Concluso ao gabinete em: 11/02/2019.

Ação: embargos de terceiro, opostos pela recorrente, no bojo de execução fundada no inadimplemento de taxas condominiais.

Sentença: julgou improcedentes os embargos.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela

recorrente, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA QUE RECAIU SOBRE DIREITOS RELATIVOS AO IMÓVEL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. RESILIÇÃO POSTERIOR DO CONTRATO E RETOMADA DO BEM. CONSTRIÇÃO QUE NÃO ATINGIU BENS DE TERCEIRO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR EVIDENCIADA. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, RELATIVA A DÉBITOS CONDOMINIAIS QUE, ADEMAIS, PODE SER REDIRECIONADA. APLICAÇÃO DO ART. 109, CAPUT E § 3º, DO NCPC. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL POSSÍVEL DE ACORDO COM REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados, com aplicação de multa.

Recurso especial: alega violação dos arts. 4º, parágrafo único, 9º, 12, §4º, 19 e 20 da Lei 4.591/64 e 109, 329, 506, 674 e 779, I, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que: i) não é legitimada para responder pelos débitos condominiais; ii) houve ofensa à coisa julgada, porquanto a recorrente nunca fez parte do processo principal.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 4º, parágrafo único, 9º, 12, §4º, 19 e 20 da Lei 4.591/64 e 329, 506, 674 e 779, I, do CPC/15, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O TJ/PR, ao manter a improcedência dos embargos de terceiro, fundamentou que falta interesse de agir, porquanto não existe penhora sobre o bem. Além disso, quanto à coisa julgada, firmou que todas as alegações relativas à ofensa à coisa julgada simplesmente são irrelevantes, porque não há coisa julgada. Por fim, em relação à responsabilidade da recorrente pelas

despesas condominiais executadas, assentou que já foi objeto de análise por decisão judicial transitada em julgado (AC 62574-3), sendo, portanto, questão acobertada pelo manto da coisa julgada.

Como esses fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Verifica-se que o acórdão recorrido possui peculiaridades que não estão presentes nos acórdãos paradigmas, consistentes no fato de que: i) falta interesse de agir pela inexistência de penhora do bem; ii) não há coisa julgada; iii) a responsabilidade da recorrente já foi objeto de análise por decisão judicial transitada em julgado.

Desse modo, a falta de similitude fática, requisito indispensável à demonstração da divergência, inviabiliza a análise do dissídio.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora